

universitária nacional é, portanto, es-
taguada.

O capítulo sobre "Gente trabalha-
ndo" é definitivamente de máxi-
ma importância para quem estiver
interessado (e quem não está?) na
aposentadoria, por idade ou tempo
de trabalho. Pois Drucker parte do
princípio de que o nível de idade de
aposentadoria do século passado foi
ultrapassado, e hoje a pessoa está
apta e deve trabalhar mais tempo.
Em contrapartida, há os milhões que
querem entrar no mercado de traba-
lho. Ao todo, considerações impor-
tantes, mesmo quando não se concor-
de com elas.

Ao terminar a leitura amena (po-
de ser feita em partes, ou pode ser
saboreada como um prato de frios),
fica a impressão de uma tarde em
presença de uma pessoa inteligente,
com a qual se pode discutir até altas
horas da noite. O livro é isso, um
companheiro para uma conversa a
dois, o autor e o leitor.

Kurt Ernst Weil

Professor titular no
Departamento de Administração
da Produção e Operações
Industriais da EAESP/FGV e
decano da Congregação.

Ianni, Octávio. *Revolução e
Cultura*. Rio de Janeiro. Civiliza-
ção Brasileira, 1983. 134 p.

Em certo sentido, *Revolução e cultu-
ra* vem a ser a retomada de uma série
de temas já presentes em trabalho an-
terior de Ianni, qual seja, *Imperialis-
mo e cultura* (1976). Autor de pelo
menos uma dúzia de livros — entre
os quais se destacam *O Colapso do
populismo no Brasil, Raças e classes
sociais no Brasil, Estado e planeja-
mento econômico no Brasil, Ditadura
e agricultura* — neste *Revolução
e cultura*, dedica-se à América Latina,
onde as revoluções burguesas e socia-
listas levantam "problemas culturais
de grande interesse, talvez ainda pou-
co conhecidos". E a análise desses
problemas ajuda na explicação das re-
voluções, bem como levanta tópicos
importantes para o estudo das ciên-
cias sociais, das artes, da filosofia,
dos movimentos sociais e dos parti-
dos políticos. Segundo o autor, "to-
da revolução abre novos problemas
de cunho cultural, ao mesmo tempo
que recoloca as implicações culturais
das lutas sociais passadas. Além de
abrir perspectivas novas, cada revolu-
ção redescobre o passado e o presen-
te" (p. 9).

Uma das idéias centrais desta obra
é a de que, nas ocasiões revolucioná-
rias, a cultura também acaba sendo
colocada em xeque, simultaneamente
com as condições sociais, econômicas
e políticas. A partir dessa perspecti-
va, vários aspectos da história cultu-
ral dos países latino-americanos po-
dem ser examinados: "civilização,
barbárie e exotismo; a revolução bur-
guesa e a questão nacional; as rela-
ções da ciência, arte e filosofia com
os movimentos da sociedade; o com-
promisso e a distância entre o intelec-
tual e as lutas sociais; as diferenças e
as relações entre cultura 'erudita' e
'popular'; o romance da tirania; a
transformação das idéias em forças
sociais; a cultura do socialismo; a
contribuição das revoluções de base
operário-camponesa para a teoria
da revolução socialista" (p. 9/10).

Ao longo dos sete capítulos de
seu texto, Ianni se empenha no sen-
tido de dar conta desses vários aspek-
tos da história cultural arrolados no

parágrafo anterior, sempre procuran-
do evitar que a análise descambe pa-
ra um tratamento culturalista. Isto é,
não perde de vista as perspectivas
econômica, política e social e a ma-
neira pela qual elas interagem com a
cultural. Através da transcrição e co-
mentário de longos trechos dos escri-
tos de, por exemplo, Simón Bolívar,
Ianni elucidava o quadro em que se in-
sere a nossa dependência cultural.
Em seu *Discurso de Angostura*
(1819), Bolívar já falava que "não
somos europeus, não somos índios,
mas uma espécie de média entre na-
tivos e espanhóis (. . .). Tenhamos
presente que o nosso povo não é eu-
ropeu nem americano do norte; é
mais uma mescla de África e Amé-
rica que uma expressão da Europa
(. . .). É impossível dizer com pro-
priedade a que família humana per-
tencemos (. . .). Atado ao triplo jugo
da ignorância, tirania e vício, o povo
americano não pode adquirir nem sa-
ber, nem poder, nem virtude".

Durante todo o período colonial,
as sociedades formadas na América
Latina se baseavam no trabalho com-
pulsório, principalmente sob a forma
de escravatura. Negros e índios fo-
ram escravizados com a finalidade de
produzir para as metrópoles e para o
consumo dos governantes e senhores
nas colônias. Na condição de escla-
vos ou semi-escravos viviam os ín-
dios, mestiços, negros e mulatos, de-
senvolvendo-se a partir daí um largo
processo de divisão social e racial do
trabalho, conduzindo a uma estru-
tura social rígida (p. 14). No Brasil
colônia, a estrutura social apresentou
composição semelhante à dos demais
países vizinhos, sendo que essa es-
tratificação social e racial persistiu mais
ou menos semelhante ao longo do
século XIX, ao final do qual se dá a
abolição da escravatura. E essa abo-
lição, logicamente, "não apagou de
imediate a cultura produzida em cer-
ca de três séculos de trabalho escla-
vo e semi-escravo. Também no sé-
culo XX entraram os desdobramen-
tos sociais, raciais e culturais do pas-
sado escravista, como herança de de-
sigualdades que se recriam com as
desigualdades e contradições de clas-
ses" (p. 15).

Na seqüência, Ianni explora
outros aspectos que anunciara na
apresentação de seu livro, quais se-
jam: a ação do imperialismo norte-
americano sobre a região, detalhando
um pouco mais a dominação cultural

daquele país sobre Porto Rico, Chile, Cuba e Nicarágua (cap. 3); o cosmopolitismo dos intelectuais e as suas produções, mostrando que ocorre o divórcio entre o intelectual — a “classe culta” — “com a sua produção cultural, por um lado, e o ‘povoação’, camponeses, operários e mineiros, ou índios, negros e brancos, por outro” (cap. 4); as transformações culturais ocorridas em Cuba e Nicarágua, após a irrupção das revoluções antiimperialistas (cap. 6); etc. Além disso, dedica todo um capítulo (“Carnavalização da tirania”) ao comentário de romances, estudos e biografias escritos por latino-americanos acerca da ditadura, da figura do ditador e, enfim, sobre o processo de representação política e das alianças de classes que se estabelecem na região. Para esta empreitada utiliza-se, entre outros, de Jesus de Galindez, Asturias, Roa Bastos, Alegria, Neruda, García Marques, Oduvaldo Viana Filho e Ernesto Gardenal. Assim, “Pablo Neruda, em *Canto geral*, trabalha largamente os verdugos e as oligarquias. Além dos conquistadores e libertadores, camponeses e operários, índios e negros, trabalha as tiranias. . .” (p. 91). Dentro dessa visão, a figura do ditador está presente como produto e símbolo da opressão, do imperialismo: “é longa a procissão dos ditadores, atravessando a História. Cada um segundo o seu tempo: Francia, Diaz, Gomez, Estrada, Ubico, Trujillo, Stroessner, Médico, Pinochet, Anaconda Copper Mining Co., United Fruit Co., International Telephone and Telegraph Corporation (ITT) e outros tantos ainda serão os ditadores neste hemisfério” (p. 92).

Revolução e cultura é indispensável aos que pretendem ter em mãos uma breve história da cultura da América Latina, embora em algumas passagens o autor frustre o leitor, devido ao não-aprofundamento de alguns tópicos. De qualquer maneira, Ianni sempre está com as antenas bem sintonizadas, e oferece o que há de mais atual em cada um dos assuntos aos quais se dedica — e apenas isso já seria motivo suficiente para recomendar a leitura desse livro polêmico e criativo.

Afrânio Mendes Catani

Professor no Instituto de Letras,
Ciências Sociais e Educação
da Unesp (Araraquara).

Ferreira, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não (um modo de agir num mundo em permanente mudança)*. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 157 p.

Editado originalmente em 1978, *Planejamento sim e não* passou meio que despercebido, apesar de já ter alcançado sua quarta edição. Nesses cinco ou seis anos nada ou quase nada se falou acerca do trabalho de Whitaker Ferreira, que hoje trabalha na Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego.

Livro curioso e pouco convencional em sua forma e conteúdo, *Planejamento sim e não* conta com mais de uma centena de ilustrações de Claudius e é escrito num tom descontraído, qual seja, o de uma conversa fictícia entre dois amigos que se prolonga de um não menos fictício 19 de setembro a um sábado (ou “quase domingo”), 21 de novembro. Ou, nas palavras do autor, “as páginas que se seguem contêm simplesmente o registro de uma conversa que nunca existiu, os comentários de um ouvinte igualmente imaginário, e uns tantos desenhos sobre os assuntos tratados. Foi a forma que encontramos para evitar o discurso engravatado que deita sabedoria e termina por complicar, amedrontar e mistificar. Quando as coisas em verdade são mais simples e mais sérias, e sempre exigem que inventemos”. E acrescenta, modestamente: “Como toda conversa e todo desenho, este livro somente sugere pontos de reflexão e discussão. Esperamos que possa prestar algum serviço para quem se disponha a utilizá-lo como um pequeno guia de trabalho” (p. 9).

No final dos anos 60, início dos 70, esteve muito em voga o tema do planejamento, com as conseqüentes análises do papel desempenhado pelo Estado (capitalista ou socialista) no processo de planificação. Assim, vieram à tona livros e artigos, no exterior e no Brasil, que analisavam os prós e contras dessa ação (ou intervenção) estatal. Marxistas, liberais, tecnocratas, direitistas empedernidos e

outros — enfim, quase todos — lançaram lenha na fogueira. E o resultado foi uma profusão de publicações em que eram estudadas as mais variadas técnicas de planejamento; onde se defendia a criação de órgãos e autarquias com a função de gerir os projetos que estavam sendo implementados; onde se criticava ou se advojava a excessiva participação do capital estatal no total dos investimentos de várias economias de mercado; em que se procurava conhecer — a nível formativo e analítico — todas as etapas do processo de planejamento nas economias socialistas; etc.

Ultrapassando os modismos de 10 ou 15 anos atrás, Whitaker Ferreira inicia seu trabalho realizando um breve histórico sobre as origens do planejamento, deixando claro que a elaboração de planos “é coisa provavelmente conhecida do homem desde que ele se descobriu com capacidade de pensar antes de agir”. Entretanto, foi com o desenvolvimento comercial e industrial, ocorrido com o capitalismo, “que a preocupação de planejar começou a invadir a área da economia. E daí para diante ninguém mais pode segurar a pressão”. À medida que os negócios dos comerciantes dos tempos iniciais do capitalismo foram se expandindo, a administração das fortunas começou a exigir novas formas de conduta: cada vez mais era necessário “saber prever, antecipar situações, arriscar fundos, lançar projetos de novos negócios, provar aos associados eventuais a probabilidade de ganho. Era um certo tipo de planejamento que começava a ser uma exigência normal da atividade econômica dos ricos da época, cujas ‘escolas de administração de empresas’ eram a prática cotidiana da luta concorrencial” (p. 27/28). Com a industrialização, observa-se a ocorrência de um novo salto qualitativo: a máquina entra para dar maior produtividade à mão-de-obra, “que produzia as mercadorias cuja venda permitia aumentar o capital aplicado e assim ganhar mais poder na luta com os concorrentes (. . .). O problema sendo garantir o mais baixo nível de custos possível e o escoamento adequado dos produtos fabricados, passava a ser necessário prever bem prevista a entrada das matérias-primas, o ritmo das máquinas, as funções dos operários, os horários, o nível dos salários, o comportamento dos mercados. Questões que se tornavam cada vez mais importan-